

Antropologias e imagens na Educação Básica: um olhar sobre a cidade.¹

Kátia Bárbara da Silva Santos (IFPA/Pará).

A proposta traz o resultado do projeto de extensão Sentir a cidade: Paragominas e suas histórias, através do diálogo inter e transdisciplinar das disciplinas de Antropologia na Educação Básica e História. Adotamos a elaboração de vídeos documentários como uma ferramenta de ensino, além de uma tecnologia digital de informação e comunicação (TDICs), para viabilizar a relação entre a teoria antropológica e o audiovisual com as turmas de 2º ano do Ensino Médio dos Cursos Técnicos em Administração, Informática e Meio Ambiente do IFPA/Campus Paragominas. A oficina Cine documentário transformou os vídeos documentários em um instrumento de comunicação e reflexões antropológicas, entre a realidade filmada e a realidade vivida. Os vídeos documentários como recurso áudio visual no processo do ensino aprendizagem, trouxe a realidade contextualizar dos sujeitos onde estão e como vivem; inverteu o olhar deles e o nosso, enquanto professores, sobre a cidade e como está se refere as diversidades no contexto urbano.

Palavras-chave: *Antropologia; Educação básica; Vídeos documentários.*

O projeto, *Sentir a cidade: Paragominas e suas histórias a partir da produção de vídeo-documentários* teve como objetivo trazer experiências de antropologia compartilhada através dos **vídeos etnográficos e ensaios etnográficos** a partir das ferramentas metodológicas da antropologia visual, e das interpretações dos alunos e alunas das turmas de 2º ano do Ensino Médio dos Cursos Técnicos em Administração, Informática e Meio Ambiente, do IFPA/Campus Paragominas.

No Ensino Médio o foco de nossa análise centrou se na contribuição da Antropologia, para a discussão do conceito de cultura, abordado mediante diversas temáticas relacionadas ao cotidiano, às vivências, às redes de relações, às atualidades, à cultura juvenil e a própria cidade de Paragominas. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), uma das contribuições da Antropologia é pensar a nossa própria sociedade, visto que

¹ Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024).

fornece elementos teórico-metodológicos para se pensar as sociedades complexas, a partir de noções como experiências culturais (que, em certa medida, moldam nossos “mapas” de orientação para a vida social), rede de relações, papéis sociais, que informam o processo de constituição das identidades sociais, num constante fluxo, na maioria das vezes etnocêntrico, de diferenciações, entre “nós” e os “outros” (BRASIL, 1999, p. 40).

Trabalhar com o conceito de cultura no Ensino Médio é trazer a cultura para o espaço escolar e levar os alunos e alunas a pensar a pluralidade constitutiva da sociedade brasileira, em seus mais variados recortes.

No mesmo tempo e espaço da cultura da escola, outras tantas cores podem ser vistas e apreciadas: processos mais particulares e contingentes das diversas culturas presentes no cotidiano da escola, nas interações e nas redes de sociabilidade que ali são trançadas. E que, multicoloridas, carregam tons e variações de outros tempos, lugares ou de *bricolagem* desses outros tempo e lugares, oferecendo outras tessituras que traduzem as experiências dos diferentes sujeitos e participantes das dinâmicas educacionais na escola (TOSTA; ROCHA, 2008, p. 131).

Em sociedades multiculturais como a brasileira, composta por diferentes grupos sociais e étnico-raciais, marcada por profundas desigualdades, provenientes do processo de escravização a qual pessoas negras foram submetidas, a escola torna-se um “espaço de cruzamento de culturas, fluido e complexo, atravessado por tensões e conflitos”, (CANDAUI, 2013, p.13).

A escola brasileira, dentro da lógica colonial, foi uma das instituições hegemônicas que contribuiu para a negação das diferenças, que invisibiliza as culturas, hierarquiza conhecimentos, deslegitima forma de saberes. Com a invenção da modernidade, além do ato de educar passou a fabricar identidades homogêneas, disciplinadas, docilizadas, a partir de pedagogias corretivas e dos aparatos tecnológicos, que visam a ordem e a classificação.

Assim como as práticas pedagógicas corretivas, os aparatos tecnológicos presentes na escola também garantem o espaço de “normalidade” e negação das diferenças. Mas, a escola ao mesmo tempo, é o espaço da resistência, quando questiona o universalismo, quando tenciona o discurso produzido sobre os subalternizados, e faz com que produzam suas narrativas contra hegemônicas e interseccionais, ao garantir o direito à diferença, a interculturalidade, e a emancipação dos sujeitos.

Em sociedades multiculturais como a nossa, constituídas por uma diversidade de povos, entre eles grupos étnico-raciais, e estruturada por meio de relações assimétricas de poder, sob condições de escravização, exploração, subalternização e desumanização, a imposição de formas únicas de existência leva a exclusão de muitos grupos. As hierarquizações que determinam categorias sociais em processos de humanização/desumanização, inclusão/exclusão, vida plena para uns e a eliminação de outros, construídas a partir da invasão das Américas, não terminaram com a independência dos países latino-americanos.

Para o filósofo peruano Aníbal Quijano (2000), a colonialidade tem se destacado como uma importante categoria dentro dos estudos decoloniais, em diferentes áreas, para problematizar a continuidade do colonialismo como forma de dominação colonial, manifestada principalmente a partir da ideia de raça, e dando sustentação às relações de poder que classificam e hierarquizam lugares e gentes, as práticas de colonialidade seguem os parâmetros dos que se julgam superiores e mais civilizados.

Para Catherine Walsh (2019), professora da Universidad Andina Simon Bolívar (sede do Equador) e especialista no tema, a interculturalidade se propõe a construir um outro modelo de sociedade, que se estrutura, em primeiro lugar, de um movimento étnico social mais do que de uma instituição acadêmica; depois, porque reflete um pensamento que não se baseia nos legados coloniais eurocêntricos e nem nas perspectivas da modernidade; e, finalmente, porque não se origina nos centros geopolíticos de produção do conhecimento, ou seja, do norte global (Walsh, 2019, p. 9-10).

A autora, acima citada, ao analisar os contextos educacionais, reconhece a presença de três diferentes manifestações de educação intercultural, as quais classifica em: relacional, funcional, e interculturalidade crítica. Esta última, questiona as relações de poder que atravessam as diferenças e desigualdades construídas ao longo da história entre diferentes grupos socioculturais, étnico-raciais, de gênero, orientação sexual, religiosos, entre outros.

Da mesma forma, Candau (2016) ao assumir a perspectiva da interculturalidade crítica como caminho para a construção de sociedade mais democrática, plural e humana, com fundamento no respeito e no diálogo com as múltiplas formas de existências, pontua algumas das suas características: promove a inter-relação entre os diversos grupos culturais; compreende as culturas como dinâmicas e históricas; identifica a existência na

sociedade, de um processo de hibridização cultural; entende que as relações culturais envolvem relações de poder; vincula as questões da diferença e da desigualdade social; promove o reconhecimento do “outro” visando o diálogo entre os diferentes grupos sociais (Candau, 2016, p. 20).

Observa-se que as concepções que fundamentam a educação intercultural crítica rompem com práticas instrumentadas de negação das múltiplas diferenças étnicas, sociais, culturais, geográficas, religiosas e econômicas, como marcas de diferenças e se apresentam como formas de intervenção entre o campo epistemológico, político e o social. Nesse interim, constitui-se como alternativas, em oposição aos modelos vigentes de pensar e construir a educação e, também, para a ruptura com práticas pedagógicas materializadas nos espaços educativos, haja vista que tais modelos, em sua maioria, estão a serviço dos padrões hegemônicos de poder.

A educação intercultural na perspectiva crítica, a partir dos fundamentos que a constituem, se apresenta como alternativa em oposição aos modelos vigentes de pensar e construir a educação e, também, para a ruptura com práticas pedagógicas materializadas nos espaços educativos, haja vista que tais modelos, em sua maioria, estão a serviço dos padrões hegemônicos de poder. A prática pedagógica constitui-se em locuções cujo enunciado dar-se em diferentes formas no dia a dia da escola. Dentro de uma rede de saber-poder, ela produz, fabrica, cria, inventa, conteúdos, saberes e sujeitos, subjetividades, silenciadas, esquecidas, negadas. Mas, ela também funciona como prática de libertação, de empoderamento, que levem a transgredir formas de existência.

Para Gadotti (1998), não há neutralidade na educação, ou educamos para o silêncio, para submissão, para sujeição ou faz-se palavra, através da escuta do som da angustia, do sofrimento, das inquietações, da rebeldia daqueles que estão no espaço escolar, sob a responsabilidade de educadores/educadoras. Assim como Paulo Freire (1996) compreendemos a educação para além dos conteúdos ministrados em sala de aula, a educação é uma forma de intervenção no mundo. Onde não devemos deixar de refletir sobre aporte teórico crítico do conhecimento, e do papel da educação e da sua relação com a cidadania, respeito a diversidade, ao gênero, e a construção de uma sociedade antirracista.

A Antropologia Visual fornece um campo de estudo que contribui para a utilização das metodologias de registro audiovisual nas pesquisas antropológicas. É na produção visual, através dos vídeos documentários, que permite estabelecer diálogo com a Antropologia cultural.

Na contramão da antropologia clássica, no qual o documentarista tinha todo o controle dos acontecimentos, tomaram contato com linha de pensamento Nichols (2005), no qual os documentaristas passam a se unir ao grupo representado no audiovisual, agora, os personagens devem contar sua própria história em interação com a equipe de filmagem, sendo que, aquele que registra com a câmera tem o papel apenas de filmar, ele não tem todo o poder sobre o processo de filmagem, tem que haver uma relação baseada no diálogo e no consentimento dos grupos envolvidos nas filmagens. No documentário participativo vamos encontrar a base para a seguinte reformulação agora é a vez “de falar de nós para vocês”.

A escola e as tecnologias de informação e comunicação (TIC)

A escola como uma instituição social, é afetada pelas transformações do mundo globalizado, e o ambiente escolar passa por inúmeros desafios, social-político-econômico e cultural, para Penin & Vieira (2002, p.13) “sempre que a sociedade defronta-se com mudanças significativas em suas bases sociais e tecnológicas, novas atribuições são exigidas à escola”. Neste sentido as tecnologias de informação e de comunicação (TIC) trazem novas abordagens ao campo educacional.

Cada vez mais educadores/educadoras tem incorporado em suas práticas educativas recursos educacionais digitais voltados aos conteúdos curriculares, a partir de imagens digitais, de vídeos, de hipertextos, de animações, de objetos de aprendizagem, de páginas web, dentre outros (TORREZZAN & BEHAR,2009). Essas novas tecnologias são apropriadas pelas práticas educativas, que podem ocorrer tanto presencial, quanto a distância. No entanto com Galvão (2013, p.12-28) o uso correto das TIC's no ambiente educacional pode agregar valores ao aprendizado, dentre eles destaca a “possibilidade de fornecimento de contexto real para a aprendizagem; estabelecimento de oportunidades de feedback, reflexão e revisão dos saberes.”.

O crescimento tecnológico das últimas décadas, criou uma geração cada vez mais conectada como o mundo digital, através das mídias moveis, tablets, celulares,

smartphones, neste cenário descobriu se novas possibilidades para práticas educativas, mas, para alcançar os resultados desejados é necessário saber utilizar os recursos tecnológicos, para potencializar o processo ensino aprendizagem. Segundo Behar e Torrezan:

Os recursos digitais vêm sendo aplicados em diferentes áreas do conhecimento, permitindo que as novas práticas ampliem antigas possibilidades. Especialmente na área da educação, eles possibilitam que conteúdos sejam abordados na forma de imagem digitais, vídeos, hipertextos, animação, simulações, objetos de aprendizagem (OA), páginas web, jogos educacionais entre outros. Eles surgem como ferramenta capaz de potencializar a reestruturação de práticas pedagógicas, originando novas formas de pensar a respeito do uso da comunicação, da ciência da informação, da construção do conhecimento e da sua interação com a realidade. (BEHAR; TORREZAN, 2009, p. 33)

Na perspectiva de Castells (2005) as tecnologias são recursos, inclusive, recursos educacionais, e que não tem a função de resolver os problemas do campo educacional e social, presente na escola. O uso das TIC's, pelos professores é uma ferramenta que pode criar elementos que propiciem a aprendizagem dos alunos e alunas. É importante destacar que para Sociologia a aprendizagem tem que estar pautada na reflexão, no pensamento crítico, para entendermos como nossas vidas são influenciadas pelos diversos contextos sociais, “Entender os modos sutis, porém, complexos e profundos, pelos quais nossas vidas individuais refletem os contextos de nossa experiência social é fundamental para a abordagem sociológica” (GIDDENS, 2005, p. 24).

Como nada na educação se constrói sozinho, a tecnologia pela tecnologia também não traz contribuição a educação, mais sim o uso que se faz dela, neste sentido, para Castells (2001) “As pessoas moldam a tecnologia para adaptá-la às suas necessidades” (p.386). Faz se necessário que professor conheça a tecnologia para fim de torna suas práticas educativas inovadoras.

Importante compreender como a inovação se faz presente nas práticas pedagógicas, em muitas situações, as novidades já estão na escola. Para Fullan (2009, p.20), “no processo de analisar ambientes individuais e coletivos é necessário entender ‘o quê’ da mudança e o ‘como’ da mudança”, para além da tecnologia, a fim de que se transforme a metodologia utilizada em inovação.

A inovação das práticas pedagógicas pode auxiliar educadores /educadoras no processo de potencializar características importantes para o desenvolvimento cognitivo dos alunos e alunas, estimulando sua autonomia e criticidade para temas que envolvam

não apenas as ciências humanas como outras áreas do conhecimento. As novas tecnologias devem ser pensadas para além do aspecto da motivação, ao trazer o desafio para aprendizagem. Eis o grande desafio que para Castells:

O grande desafio daqui pra frente não é mais saber conteúdos, posto que esses estejam todos disponíveis na Internet, mas quais informações são importantes e relevantes para o crescimento cognitivo, como essas informações vão mudar o modo de ver o mundo e de fazer as pessoas crescerem intelectualmente (CASTELLS, 2003, p.102).

Assim, ao apropriarmos das TIC's não devemos deixar de refletir sobre o aporte teórico crítico do conhecimento, e do papel da educação e da sua relação com a cidadania, respeito a diversidade, ao gênero, e a construção de uma sociedade antirracista.

Considerações Finais

Ao trabalhar com o ensino da Antropologia, com alunos e alunas do ensino médio, através da ferramenta da antropologia visual e das concepções que fundamentam a educação intercultural crítica, criou-se fissuras no projeto civilizatório de cidade, que nega as múltiplas diferenças, que envolvem as diversas etnias, de gênero, de orientação sexual, de cor/raça/classe e, como as marcas das diferenças que se apresentam como formas de intervenção entre o campo epistemológico, político e o social.

O Projeto O projeto, Sentir a cidade: Paragominas e suas histórias a partir da produção de vídeo-documentários, que se efetivou através da antropologia visual, constitui-se como alternativa em oposição aos modelos vigentes de pensar e construir a educação e, também, da ruptura do olhar monocultural, com práticas pedagógicas excludentes, que estão a serviço dos padrões hegemônicos de poder, os vídeos documentários trazem narrativas de uma cidade construída a partir de apagamentos e de resistências.

Bibliografia

BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília, 1999.

BRASIL. Parecer CNE/CES nº 492/2001. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de julho de 2001.

- CANDAU, Vera Maria. "Ideias-força" do pensamento de Boaventura de Souza Santos e a educação intercultural. In: CANDAU, V. (org). Interculturalizar, descolonizar, democratizar: uma educação "outra"? Rio de Janeiro: 7 Letras; GECEC, 2016.
- CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede. 11. ed. São Paulo, 2008.
- CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- CASTELLS, Manuel. Internet e Sociedade em Rede. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.
- FELINTO, Erick. "Em busca do tempo perdido. O sequestro da história na cibercultura e os desafios da teoria da mídia." Matrizes, Ano 4, nº 2, jan./jun. 2011, São Paulo, pp. 43-55.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FULLAN, M. O significado da mudança educacional. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- GALVÃO, 2013 Maria Cecília Alves Galvão; e cols. Análise da Dimensão Didático-Pedagógica em Ambientes Virtuais de Aprendizagem. Meta: Avaliação | Rio de Janeiro, v. 5, n. 13, p. 12-28, jan./abr. 2013.
- GIDDENS, Anthony. Sociologia. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- LANDER, Edgardo. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro, 2005.
- NICHOLS, Bill. Introdução ao Documentário. Trad. Mônica Saddy Martins. Campinas, SP: Papirus, 2005.
- PENIN, S. T. S.; VIEIRA, S. L. Refletindo sobre a função social da escola. In: VIEIRA, Sofia Lerche (Org.). Gestão da escola – desafios a enfrentar. Rio de Janeiro: DP&A, 2002
- QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In:
- ROCHA, G.; TOSTA, Antropologia & Educação. Belo Horizonte, Autêntica. S.P. 2008.
- WALSH, Catherine. Interculturalidade e decolonialidade do poder um pensamento e posicionamento "outro" a partir da diferença colonial. Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). V. 05, N. 1, jan-jul., 2019.